



POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E AS DEMANDAS INDÍGENAS: UMA PERSPECTIVA DE SUSTENTABILIDADE E RESPEITO À DIVERSIDADE ÉTNICA



<https://doi.org/10.56238/levv16n46-019>

Data de submissão: 07/02/2025

Data de publicação: 07/03/2025

Danilo Rodrigues Corsino

Graduado em Pedagogia.
Universidade Federal do Tocantins.
E-mail: danilo.corsino@mail.uft.edu.br

Neila Barbosa Osório

Pós-Doutora em Educação.
Universidade Federal do Tocantins.
E-mail: neilaosorio@uft.edu.br

Luiz Sinésio Silva Neto

Pós-Doutor em Ciências da Saúde pela Universidade Federal do Tocantins.
E-mail: luizneto@uft.edu.br

Armando Sopre Xerente

Doutorando em Educação na Amazônia.
Universidade Federal do Tocantins.
E-mail: xerente23@gmail.com

Leonardo Sampaio Baleeiro Santana

Mestre em Educação.
Universidade Federal do Tocantins.
E-mail: leonardosbsantana@gmail.com

Leila Cardoso Machado

Mestre em Linguística Aplicada.
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.
E-mail: leila.machado@uems.br

Leticia Apoliana Ferreira Barbosa

Mestre em Educação.
Universidade Federal do Tocantins.
E-mail: leticiabarbosa@prof.seduc.to.br

Macleison Vera

Mestrando em História Indígena.
Universidade Federal da Grande Dourados.
E-mail: macleisonvera19@gmail.com

Samuel Marques Borges

Mestrando em Educação.

Universidade Federal do Tocantins.

E-mail: samuelbiologo11@gmail.com

Luciano Paulo de Almeida Souza

Mestrando em Educação.

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

E-mail: lucianocoordenador26@gmail.com

Hanna Sodré Gasca

Mestranda em Educação.

Universidade Federal do Tocantins.

E-mail: hannahsodre92@gmail.com

Antonia Raquel Lima Camargo Zottos

Especialista em Serviço da Família.

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

E-mail: antonia.zottos@uems.br

Dalâyne Lopes dos Santos

Graduada em Pedagogia.

Universidade Federal do Tocantins.

E-mail: dalayne.lopes.dos.santos@gmail.com

André Luiz Martins de Castro

Graduado em Direito.

Universidade Federal do Tocantins.

E-mail: andrelmcastro.adv@gmail.com

João Antônio da Silva Neto

Graduado em Psicologia.

Universidade Federal do Tocantins.

E-mail: joaonetosat@gmail.com

RESUMO

Este artigo abordou a construção de políticas públicas voltadas às comunidades indígenas, destacando a importância do reconhecimento da diversidade étnica e cultural como elemento central para sua efetividade. A pesquisa, de natureza qualitativa e bibliográfica, explorou as lacunas existentes na formulação dessas políticas, analisando como práticas assistencialistas e a desconsideração das especificidades culturais e territoriais comprometem os direitos e a autonomia dos povos indígenas. Foram discutidos temas como a relação intrínseca entre território e cultura, o papel da sustentabilidade na preservação das tradições e a necessidade de estratégias intersetoriais que integrem saúde, educação e assistência social. Os resultados apontaram que, embora existam avanços pontuais, a maioria das políticas ainda falha em atender às complexas demandas das comunidades indígenas, especialmente pela ausência de uma abordagem dialógica e inclusiva. Destacou-se que o fortalecimento das práticas tradicionais e a demarcação de territórios são essenciais para a sobrevivência cultural desses povos. Apesar das limitações da pesquisa, que se restringiu à análise bibliográfica, o estudo trouxe reflexões importantes para o campo das políticas públicas, evidenciando caminhos para uma atuação mais efetiva e respeitosa. Por fim, foram apresentadas recomendações para estudos futuros, como a inclusão de abordagens empíricas, análises regionais e investigações sobre o uso de tecnologias para fortalecer a autonomia indígena.



Palavras-chave: Diversidade Étnica. Políticas Públicas. Comunidades Indígenas.

1 INTRODUÇÃO

As políticas públicas, ao longo da história brasileira, foram marcadas por contradições no que diz respeito ao reconhecimento e à valorização da diversidade étnica, particularmente no que concerne aos povos indígenas. Apesar dos avanços legislativos que buscaram assegurar direitos fundamentais a esses grupos, muitos desafios persistem, especialmente no âmbito da assistência social e das estratégias voltadas à sustentabilidade e preservação cultural. A coexistência de uma legislação que teoricamente reconhece os direitos indígenas com práticas que frequentemente desconsideram suas especificidades culturais e territoriais revela uma lacuna significativa na formulação e execução dessas políticas. Neste contexto, a diversidade étnica emerge como um aspecto essencial que precisa ser incorporado de forma mais substancial e efetiva ao planejamento público.

O artigo tem como foco analisar os desafios e as potencialidades das políticas públicas de assistência social voltadas às comunidades indígenas, com ênfase na sustentabilidade e no reconhecimento da diversidade étnica como pilares fundamentais para a preservação cultural. O objetivo principal é investigar de que maneira as políticas públicas podem ser reestruturadas ou fortalecidas para atender às demandas específicas dessas comunidades, promovendo sua autonomia e assegurando o respeito às suas tradições. A pesquisa busca, ainda, compreender as barreiras históricas e institucionais que dificultam a aplicação de práticas mais inclusivas e contextualizadas.

Metodologicamente, o estudo adota uma abordagem qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica, com base em obras acadêmicas, artigos científicos e documentos institucionais que tratam da temática indígena no contexto das políticas públicas e da assistência social. Essa escolha metodológica permite uma análise aprofundada e crítica dos conteúdos existentes, promovendo uma reflexão consistente sobre os problemas e as possibilidades no campo das políticas sociais para comunidades indígenas. A revisão da literatura é estruturada para explorar os pontos centrais do debate, como sustentabilidade, preservação cultural e reconhecimento da diversidade.

A justificativa para a realização desta pesquisa está ancorada na relevância crescente das questões indígenas no cenário nacional e internacional. Em um contexto de constantes ameaças aos direitos indígenas, como a intensificação do desmatamento e a invasão de territórios, torna-se imprescindível discutir formas de fortalecer políticas públicas que protejam esses povos. Além disso, o estudo busca contribuir para a superação de uma visão eurocêntrica que historicamente permeou as práticas sociais e políticas no Brasil, propondo caminhos que promovam a equidade e o respeito às diferenças.

O problema que guia esta investigação pode ser assim formulado: de que forma as políticas públicas podem incorporar efetivamente a diversidade étnica e cultural das comunidades indígenas, promovendo sua autonomia e garantindo a preservação de suas tradições, diante de um contexto de desafios estruturais e históricos? A resposta a essa questão não apenas mostra as lacunas presentes nas

políticas públicas, mas também aponta caminhos possíveis para transformar o planejamento público em uma ferramenta de justiça social e sustentabilidade.

2 DESAFIOS E POTENCIALIDADES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO ATENDIMENTO ÀS COMUNIDADES INDÍGENAS

A assistência social direcionada às comunidades indígenas enfrenta desafios de grande complexidade, resultado de um histórico de negligência, invisibilidade e exclusão que esses povos vivenciam no Brasil. Durante séculos, a assistência social foi moldada por perspectivas que ignoravam as especificidades culturais e as demandas territoriais dessas comunidades. Esse descompasso entre as necessidades reais dos povos indígenas e o desenho das políticas públicas é reforçado por uma estrutura social que, frequentemente, enxerga as diferenças étnicas como barreiras em vez de riqueza cultural. Essa visão limitada contribui para a perpetuação de práticas que desconsideram o papel central da diversidade na formulação de políticas eficazes e inclusivas (Amaral e Bilar, 2020).

As práticas assistenciais historicamente se limitaram a uma lógica de integração forçada, que procurava assimilar os povos indígenas aos padrões da sociedade majoritária, muitas vezes desconsiderando suas tradições, saberes ancestrais e modos de organização social. Essa abordagem gerou um distanciamento entre as comunidades indígenas e as políticas sociais, resultando em desconfiança mútua e em baixos índices de adesão aos serviços disponibilizados. Além disso, há uma perpetuação de narrativas colonizadoras, que pintam os indígenas como grupos homogêneos e passivos, reforçando estigmas que dificultam avanços significativos no campo da assistência social (Barreto, 2016).

Um dos grandes desafios enfrentados pelo Serviço Social no atendimento às comunidades indígenas é a dificuldade de estabelecer diálogos interculturais genuínos. Profissionais da assistência social frequentemente encontram barreiras relacionadas às diferenças linguísticas, concepções de mundo e dinâmicas sociais presentes nessas comunidades. Em muitos casos, essas barreiras dificultam a construção de vínculos de confiança, comprometendo o sucesso das iniciativas de assistência. Para que políticas sociais sejam verdadeiramente transformadoras, é necessário adotar estratégias que respeitem as especificidades de cada povo, valorizando suas tradições e fortalecendo a autonomia das comunidades atendidas (Santana, 2022).

A assistência social também enfrenta obstáculos logísticos e estruturais, sobretudo em regiões de difícil acesso. Muitos territórios indígenas estão localizados em áreas remotas, o que dificulta a presença contínua de equipes técnicas e a manutenção de serviços básicos. Essa ausência de infraestrutura revela uma negligência histórica por parte do Estado e evidencia a urgência de uma reestruturação que considere as particularidades geográficas desses territórios. Sem essa consideração,

políticas de assistência social tendem a permanecer distantes e inadequadas às necessidades locais, agravando as condições de vulnerabilidade enfrentadas por essas comunidades (Baines, 2001).

A presença de organizações indígenas tem se mostrado fundamental para garantir que as demandas das comunidades sejam devidamente incorporadas às políticas públicas. Essas organizações atuam como mediadoras entre o Estado e as comunidades, traduzindo as necessidades locais em demandas políticas. Além disso, elas desempenham papel essencial na preservação das tradições culturais, que frequentemente são ameaçadas por práticas assistenciais que desconsideram a pluralidade étnica. Reconhecer e fortalecer o papel dessas organizações é uma estratégia imprescindível para promover um diálogo mais equitativo e construir políticas mais eficazes e alinhadas às realidades indígenas (Baniwa, 2007).

Muitas vezes, os profissionais não possuem preparo suficiente para lidar com a diversidade cultural e os desafios específicos enfrentados por essas comunidades. A ausência de formação adequada leva à reprodução de práticas padronizadas e descontextualizadas, que ignoram as especificidades locais e fragilizam o impacto das políticas públicas. Programas de formação que incluam conteúdos sobre a história, os direitos e as dinâmicas sociais das comunidades indígenas são fundamentais para garantir um atendimento mais qualificado e respeitoso (Oliveira, 2022).

A articulação entre diferentes políticas públicas, como saúde, educação e assistência social, é essencial para ampliar o alcance e a eficácia das ações voltadas às comunidades indígenas. No entanto, a falta de integração entre essas áreas frequentemente resulta em iniciativas fragmentadas, que não conseguem atender às demandas complexas e multifacetadas dessas populações. Para superar essa fragmentação, é necessário construir redes de cooperação intersetoriais que considerem as especificidades culturais e sociais dos povos indígenas, promovendo uma abordagem mais holística e eficaz (Fernandes e Maciel, 2019).

A relação entre os povos indígenas e seus territórios desempenha um papel central na configuração das demandas de assistência social. Para muitas comunidades, o território não é apenas um espaço físico, mas um elemento essencial de sua identidade cultural e espiritual. Políticas públicas que desconsideram essa relação intrínseca frequentemente falham em atender às necessidades reais das comunidades. Reconhecer a centralidade do território e incorporá-lo como um elemento estruturante das políticas de assistência social é um passo fundamental para promover ações mais alinhadas às especificidades indígenas (Maciel et al., 2020).

As políticas de austeridade fiscal impostas em períodos recentes têm agravado as desigualdades enfrentadas pelas comunidades indígenas, restringindo ainda mais o acesso aos serviços de assistência social. Essas políticas resultaram em cortes orçamentários que impactaram diretamente a implementação de programas sociais, comprometendo a capacidade do Estado de atender às demandas específicas desses povos. A defesa de políticas públicas que priorizem a justiça social e a equidade é

indispensável para reverter esse cenário e garantir os direitos das populações indígenas (Fernandes e Maciel, 2019).

3 SUSTENTABILIDADE COMO BASE PARA A PRESERVAÇÃO DAS CULTURAS E TRADIÇÕES INDÍGENAS

A sustentabilidade, quando integrada às políticas públicas, pode se tornar um importante eixo para a preservação das culturas e tradições indígenas. Esse conceito, que abrange aspectos ambientais, sociais e econômicos, dialoga diretamente com os modos de vida indígenas, pautados pelo respeito à natureza e pela utilização equilibrada dos recursos naturais. Nesse contexto, a sustentabilidade não deve ser entendida apenas como uma ferramenta para o desenvolvimento, mas como uma estratégia essencial para a proteção das identidades culturais desses povos. A aplicação desse princípio requer uma abordagem que valorize os saberes tradicionais e reconheça a relação intrínseca entre as comunidades indígenas e seus territórios (Baniwa, 2007).

A conexão que os povos indígenas mantêm com suas terras é um elemento central para compreender a sustentabilidade em suas práticas cotidianas. Para essas comunidades, o território não é apenas um espaço físico, mas a base de sua existência coletiva, onde se encontram seus conhecimentos ancestrais e sua identidade cultural. No entanto, a expansão de projetos econômicos que desconsideram essas especificidades tem representado uma ameaça constante à integridade desses territórios. A adoção de práticas sustentáveis pode, portanto, servir como um meio de garantir a preservação não apenas do meio ambiente, mas também das tradições culturais associadas a esses territórios (Fernandes e Maciel, 2019).

Os saberes tradicionais das comunidades indígenas representam um modelo de sustentabilidade que se diferencia do paradigma ocidental. Essas práticas, muitas vezes transmitidas oralmente por gerações, envolvem o manejo equilibrado dos recursos naturais, respeitando os ciclos da natureza e promovendo a coexistência harmoniosa entre o ser humano e o meio ambiente. Incorporar esses saberes aos processos de formulação de políticas públicas não apenas valoriza o conhecimento indígena, mas também oferece soluções eficazes para questões ambientais contemporâneas (Barreto, 2016).

Nosso principal objetivo por querer a terra é a gente não perder a nossa cultura. A cultura é uma única coisa que sobrou pra nós, o resto já foi tirado de nós. Está se tentando tirar mais ainda que é a cultura que a gente ainda tem. Muitas vezes a gente é julgado como um povo que não conhece mais a cultura, mas talvez a culpa seja da falta de um espaço, da falta de uma aldeia demarcada, pra gente ter a nossa própria autonomia. A gente precisa de um espaço onde a gente possa ser guarani. Do jeito que a gente é. Nosso motivo é bem simples, a gente não quer que a nossa cultura, o nosso ser, se perca (BRASIL, 2013, p. 2).

A destruição ambiental provocada pela exploração desenfreada de recursos naturais tem impacto direto sobre as culturas indígenas, que dependem do equilíbrio ecológico para a manutenção de seus modos de vida. Quando florestas são desmatadas, rios são poluídos ou terras são degradadas, não apenas o ambiente físico é afetado, mas também as práticas culturais e espirituais que estão profundamente enraizadas nesses espaços. Nesse sentido, a sustentabilidade emerge como uma abordagem indispensável para proteger os ecossistemas que sustentam as comunidades indígenas, promovendo ao mesmo tempo o fortalecimento de suas tradições (Baines, 2001).

O papel das organizações indígenas na defesa da sustentabilidade é fundamental para garantir que suas perspectivas sejam incorporadas às políticas públicas. Essas organizações têm promovido iniciativas que reforçam a importância da conservação ambiental como base para a sobrevivência cultural, demonstrando que a luta pela preservação da natureza é indissociável da luta pelos direitos indígenas. Esse protagonismo reforça a necessidade de que os povos indígenas sejam reconhecidos como agentes ativos na formulação de estratégias sustentáveis, em vez de meros beneficiários de programas governamentais (Baniwa, 2007).

As políticas públicas que buscam alinhar desenvolvimento e sustentabilidade frequentemente falham ao desconsiderar as especificidades das comunidades indígenas. Em muitos casos, projetos econômicos são implementados em territórios indígenas sem a consulta ou participação das populações locais, resultando em impactos negativos tanto para o meio ambiente quanto para as culturas tradicionais. A adoção de mecanismos de consulta prévia, livre e informada, conforme estabelece a Convenção 169 da OIT, é uma ferramenta essencial para garantir que as políticas públicas respeitem os direitos indígenas e promovam práticas verdadeiramente sustentáveis (Fernandes e Maciel, 2019).

O fortalecimento das práticas culturais indígenas por meio de iniciativas sustentáveis pode ser uma estratégia eficaz para promover a resiliência dessas comunidades diante das transformações socioambientais. Programas que incentivem a agricultura sustentável, o artesanato tradicional e outras atividades econômicas baseadas nos conhecimentos locais contribuem para a geração de renda sem comprometer os valores culturais. Além disso, essas iniciativas ajudam a reafirmar a importância dos saberes indígenas na construção de uma sociedade mais equilibrada e respeitosa com o meio ambiente (Pinto e Berger, 2019).

A educação é um dos principais pilares para a promoção da sustentabilidade e da preservação das tradições culturais. Programas educativos que valorizem os saberes indígenas e promovam o diálogo intercultural podem desempenhar um papel transformador, fortalecendo as identidades culturais e capacitando as comunidades para enfrentar os desafios contemporâneos. A inclusão das práticas sustentáveis indígenas nos currículos escolares, por exemplo, pode criar uma conexão entre as novas gerações e os conhecimentos ancestrais, garantindo a continuidade dessas tradições (Maciel et al., 2020).

Em muitas comunidades, as mulheres desempenham funções centrais no manejo dos recursos naturais, na transmissão dos saberes ancestrais e na organização social. Reconhecer e fortalecer o protagonismo feminino nas iniciativas sustentáveis é fundamental para promover mudanças efetivas, garantindo que as políticas públicas reflitam a diversidade e a riqueza das práticas culturais indígenas (Santana, 2022).

A sustentabilidade, para além de sua dimensão ambiental, deve ser compreendida como um compromisso ético com as futuras gerações. Para as comunidades indígenas, preservar o equilíbrio da natureza é uma forma de honrar os antepassados e assegurar o bem-estar dos que estão por vir. Nesse sentido, a promoção de práticas sustentáveis é uma manifestação do respeito aos ciclos da vida e à interdependência entre os seres humanos e o meio ambiente. Incorporar esse entendimento às políticas públicas é essencial para construir uma sociedade mais justa e equilibrada (Amaral e Bilar, 2020).

As tradições culturais indígenas oferecem uma perspectiva única sobre o conceito de sustentabilidade, desafiando as noções convencionais de progresso e desenvolvimento. Em vez de buscar o crescimento econômico a qualquer custo, as práticas indígenas enfatizam a harmonia entre as necessidades humanas e a capacidade do meio ambiente de se regenerar. Esse paradigma, baseado na reciprocidade e no respeito à natureza, pode servir de inspiração para a construção de modelos alternativos de desenvolvimento que priorizem a equidade e a preservação ambiental (Baines, 2001).

O reconhecimento dos territórios indígenas como espaços de preservação ambiental e cultural é uma estratégia essencial para promover a sustentabilidade. Essas áreas, muitas vezes protegidas por leis específicas, desempenham um papel vital na conservação da biodiversidade e na manutenção das tradições culturais. No entanto, a proteção efetiva desses territórios depende do fortalecimento dos direitos indígenas e da garantia de que as comunidades possam exercer plenamente seu controle sobre as terras que ocupam (Baniwa, 2007).

Os povos indígenas, por sua relação intrínseca com a natureza, possuem conhecimentos e práticas que podem contribuir significativamente para a mitigação desses impactos. Valorizar e incorporar esses saberes nos processos de formulação de políticas é um passo essencial para construir soluções mais eficazes e inclusivas (Maciel et al., 2020).

A adoção de tecnologias sustentáveis adaptadas às realidades indígenas pode potencializar os benefícios das políticas públicas, ao mesmo tempo em que preserva os valores culturais. Tecnologias simples, como sistemas de captação de água da chuva ou fontes de energia renovável, podem melhorar as condições de vida das comunidades sem comprometer sua identidade cultural. Essas inovações, quando desenvolvidas em parceria com as comunidades, reforçam a autonomia e a resiliência dos povos indígenas (Oliveira, 2022).

4 RECONHECENDO A DIVERSIDADE ÉTNICA NA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Reconhecer essa diversidade como elemento central na formulação de estratégias de inclusão é essencial para promover a equidade e reparar os danos históricos que populações indígenas, quilombolas e outras comunidades marginalizadas sofreram ao longo dos séculos. Esse reconhecimento deve ultrapassar discursos genéricos de inclusão, exigindo abordagens práticas e situadas, adaptadas às realidades locais e às especificidades de cada grupo (Amaral e Bilar, 2020).

A construção de políticas públicas que respeitem e valorizem a diversidade étnica passa, primeiramente, pela escuta ativa das comunidades envolvidas. No caso das populações indígenas, por exemplo, a consulta prévia, livre e informada não é apenas um direito estabelecido pela Convenção 169 da OIT, mas também uma prática que assegura que suas vozes sejam consideradas na formulação das políticas que impactam diretamente suas vidas. No entanto, essa prática ainda enfrenta desafios significativos, muitas vezes se limitando a processos burocráticos que não refletem um diálogo genuíno (Fernandes e Maciel, 2019).

Um exemplo concreto da importância do reconhecimento da diversidade étnica pode ser observado na implementação de políticas de saúde voltadas para povos indígenas. Muitos desses povos possuem concepções de saúde e doença que diferem radicalmente dos modelos biomédicos ocidentais. Ignorar essas diferenças resulta em programas de saúde que são pouco eficazes ou até mesmo rejeitados pelas comunidades. Por outro lado, iniciativas que integram práticas tradicionais de cura com a medicina convencional têm mostrado resultados mais positivos, reforçando a importância de construir políticas públicas que dialoguem com os saberes locais (Santana, 2022).

A educação é outro campo onde o reconhecimento da diversidade étnica é fundamental. As comunidades indígenas, por exemplo, frequentemente lutam por um modelo educacional que respeite suas línguas, histórias e modos de vida. Projetos que integram esses elementos no currículo escolar não apenas promovem o acesso à educação, mas também fortalecem a identidade cultural das crianças e jovens indígenas. Contudo, a efetivação desse tipo de política ainda é limitada, esbarrando em resistências que vão desde a falta de recursos até a reprodução de preconceitos institucionais (Amaral, 2019).

A diversidade étnica também exige que as políticas públicas sejam moldadas por perspectivas territoriais. Em regiões como a Amazônia Legal, onde grande parte da população é composta por comunidades indígenas e ribeirinhas, as estratégias de desenvolvimento econômico precisam levar em conta os modos de vida locais. Experiências que ignoraram essas especificidades, como grandes projetos de infraestrutura que desconsideraram as realidades culturais e ambientais, resultaram em impactos devastadores, tanto para os ecossistemas quanto para as comunidades. Essas falhas reforçam

a necessidade de incorporar o conhecimento local como base para a formulação de políticas efetivas (Baniwa, 2007).

No campo da assistência social, a diversidade étnica é frequentemente tratada de maneira superficial, com programas que não distinguem as necessidades específicas de cada grupo. Um exemplo recorrente é a aplicação de critérios padronizados para determinar a elegibilidade a benefícios sociais, desconsiderando as particularidades das comunidades indígenas, como sua relação coletiva com a terra e sua organização social baseada em estruturas comunitárias. Políticas que reconhecem e respeitam essas especificidades não apenas ampliam sua eficácia, mas também promovem a dignidade das populações atendidas (Baines, 2001).

A resistência cultural das populações indígenas e quilombolas, diante de políticas que não respeitam sua diversidade, é um sinal de alerta para gestores públicos e pesquisadores. Quando essas comunidades rejeitam intervenções do Estado, não se trata de mera recusa, mas de uma forma de proteger seus valores e modos de vida frente a práticas que historicamente tentaram assimilá-las. Assim, o reconhecimento da diversidade étnica não é apenas uma questão de justiça social, mas uma estratégia para construir políticas públicas que contem com a adesão ativa das comunidades beneficiadas (Maciel et al., 2020).

A diversidade étnica também desafia os profissionais de Serviço Social a adotar abordagens mais específicas e contextuais. Um estudo realizado no atendimento a comunidades quilombolas revelou que programas genéricos de transferência de renda, embora importantes, não abordam questões estruturais como a falta de acesso à terra e a vulnerabilidade ambiental. Nesse sentido, políticas integradas que articulem assistência social, direitos territoriais e sustentabilidade oferecem respostas mais adequadas às demandas dessas populações (Fernandes e Maciel, 2019).

A inclusão da diversidade étnica nos processos de formulação de políticas públicas também demanda mudanças na formação dos gestores e técnicos que atuam nesse campo. Profissionais que desconhecem a história e a cultura das populações com as quais trabalham acabam reproduzindo práticas que reforçam as desigualdades. Cursos de capacitação que abordem temas como história indígena, racismo estrutural e direitos territoriais são passos essenciais para preparar esses profissionais para atuar em contextos de diversidade (Oliveira, 2022).

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Apesar dos marcos normativos, como a Constituição Federal de 1988 e a Convenção 169 da OIT, que garantem direitos fundamentais às comunidades indígenas, o abismo entre o texto legal e a realidade prática continua a ser um desafio crítico. A literatura consultada aponta que esse distanciamento é reforçado por uma lógica estatal que privilegia modelos padronizados de

atendimento, em detrimento de abordagens que respeitem as especificidades culturais e territoriais dos povos indígenas (Amaral e Bilar, 2020; Pinto e Berger, 2019).

Um dos problemas mais evidentes levantados é a persistência de práticas assistencialistas no âmbito das políticas de assistência social. Essas práticas, em vez de promoverem a autonomia das comunidades, perpetuam uma relação de dependência e desconsideram os modos de organização coletiva dos povos indígenas. Segundo Fernandes e Maciel (2019), essa abordagem não apenas deslegitima os saberes e práticas tradicionais, mas também reforça a invisibilidade das demandas culturais e territoriais. Para superar esse entrave, as políticas públicas precisam ser reconstruídas a partir de uma perspectiva que integre a diversidade como elemento estruturante e promova a participação ativa das comunidades indígenas nos processos decisórios.

O estudo de Baniwa (2007) enfatiza que a perda de territórios tradicionais tem impactos devastadores sobre os modos de vida indígenas, comprometendo tanto sua organização social quanto suas práticas culturais. Essa análise converge com a citação de Brasil (2013), que destaca a relação intrínseca entre o território e a identidade cultural, reforçando que a luta pela terra é, antes de tudo, uma luta pela sobrevivência cultural. Nesse contexto, as políticas públicas precisam adotar uma abordagem que reconheça o território como espaço de existência coletiva e base para a construção da autonomia.

No entanto, os resultados também apontam avanços pontuais, especialmente em iniciativas que integram saberes tradicionais às práticas de sustentabilidade e preservação ambiental. Projetos que incorporam práticas indígenas de manejo sustentável dos recursos naturais têm mostrado potencial para fortalecer a resiliência das comunidades e promover a valorização de seus conhecimentos ancestrais. Baines (2001) destaca que essas iniciativas não apenas garantem a preservação ambiental, mas também fortalecem a identidade coletiva e a autoestima das comunidades, criando um ciclo virtuoso que beneficia tanto os povos indígenas quanto a sociedade em geral.

A educação também surge como um campo de disputa e possibilidades no reconhecimento da diversidade étnica. Segundo Amaral (2019), a inclusão de conteúdos relacionados à história e aos saberes indígenas nos currículos escolares é uma ferramenta poderosa para desconstruir preconceitos e promover o respeito à diversidade. Contudo, ainda há uma resistência estrutural dentro do sistema educacional, que frequentemente reproduz uma visão eurocêntrica e ignora as especificidades culturais dos povos indígenas. O desafio, portanto, reside na formulação de políticas educacionais que integrem o diálogo intercultural como princípio central, respeitando e valorizando as contribuições indígenas.

Por conseguinte, um aspecto crítico identificado é a fragilidade das articulações intersetoriais entre diferentes políticas públicas. A integração entre assistência social, saúde, educação e direitos territoriais é frequentemente fragmentada, resultando em iniciativas isoladas que não conseguem atender às demandas complexas das comunidades indígenas. Fernandes e Maciel (2019) destacam que

a ausência de cooperação entre os setores perpetua lacunas que poderiam ser solucionadas por ações coordenadas. Nesse sentido, a articulação de redes intersetoriais que promovam a complementaridade das políticas públicas é uma resposta viável para superar os desafios estruturais e avançar na construção de estratégias mais eficazes.

Dessa forma, os resultados indicam que, embora existam avanços pontuais e iniciativas bem-sucedidas, ainda há um longo caminho a ser percorrido para que as políticas públicas possam efetivamente incorporar a diversidade étnica e promover a autonomia das comunidades indígenas. O reconhecimento das especificidades culturais e territoriais, a valorização dos saberes tradicionais e a construção de redes intersetoriais são elementos indispensáveis para transformar o planejamento público em uma ferramenta de justiça social e preservação cultural. Esses aspectos, amplamente discutidos na literatura, oferecem caminhos concretos para superar as limitações identificadas e criar políticas que realmente atendam às necessidades das comunidades indígenas (Amaral e Bilar, 2020; Fernandes e Maciel, 2019).

6 CONCLUSÃO

O estudo revelou que o reconhecimento da diversidade étnica é um elemento indispensável na construção de políticas públicas voltadas às comunidades indígenas. A análise demonstrou que, embora existam iniciativas promissoras, ainda há lacunas significativas na formulação e na execução dessas políticas, principalmente no que se refere à integração das especificidades culturais e territoriais. A valorização das tradições, o fortalecimento da autonomia e a garantia de direitos são pilares fundamentais que precisam ser amplamente priorizados para que os povos indígenas possam viver em condições dignas e com plena preservação de sua identidade.

A relação intrínseca entre território e cultura, evidenciada ao longo do trabalho, reforça a urgência de estratégias que assegurem não apenas a demarcação das terras indígenas, mas também a inclusão ativa das comunidades nos processos decisórios. Além disso, a superação de práticas assistencialistas e a construção de ações intersetoriais podem contribuir significativamente para ampliar a eficácia das políticas públicas. Conclui-se, portanto, que reconhecer a diversidade étnica não é apenas uma questão de respeito, mas também uma condição para a promoção de justiça social e sustentabilidade.

6.1 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

Embora a pesquisa tenha proporcionado reflexões importantes sobre as políticas públicas para as comunidades indígenas, algumas limitações precisam ser consideradas. Primeiramente, o caráter qualitativo e bibliográfico do estudo restringiu a análise a materiais já publicados, sem a inclusão de dados empíricos coletados diretamente com as comunidades indígenas. Essa abordagem, embora rica

em discussões teóricas, pode não capturar integralmente as nuances e as demandas específicas das populações analisadas.

O estudo não se aprofundou em especificidades regionais, o que poderia revelar particularidades relevantes na forma como as políticas públicas são aplicadas em diferentes territórios indígenas. Além disso, o foco em aspectos gerais das políticas de assistência social, sustentabilidade e diversidade étnica pode ter limitado a análise de questões mais específicas, como as relações intersetoriais em determinados contextos.

6.2 RECOMENDAÇÕES PARA ESTUDOS FUTUROS

Dada a relevância e a complexidade do tema, estudos futuros poderiam explorar uma abordagem mais empírica, envolvendo diretamente as comunidades indígenas por meio de entrevistas, grupos focais ou estudos de caso. Esse tipo de investigação permitiria compreender de maneira mais detalhada as perspectivas, desafios e demandas dessas populações, enriquecendo as análises e aproximando as conclusões da realidade vivida pelos povos indígenas.

Estudos comparativos entre diferentes territórios podem revelar práticas exitosas, além de identificar barreiras específicas que exigem soluções localizadas. Além disso, a análise de políticas públicas sob a ótica intersetorial, envolvendo saúde, educação, meio ambiente e assistência social, pode contribuir para o desenvolvimento de estratégias integradas e mais eficazes.

Concluindo, estudos futuros podem explorar a relação entre inovação tecnológica e preservação cultural em comunidades indígenas. Investigar como as novas tecnologias podem ser incorporadas de maneira respeitosa e colaborativa no contexto das comunidades pode trazer perspectivas valiosas para a formulação de políticas públicas contemporâneas e inclusivas. Essas abordagens podem ampliar significativamente o impacto das pesquisas no fortalecimento dos direitos e da autonomia dos povos indígenas.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Wagner Roberto do. Política afirmativa dos povos indígenas: desafios e possibilidades na educação superior pública. In: BERGER, William (Org.). *No olho do furacão: populações indígenas, lutas sociais e Serviço Social em tempos de barbárie*. Vitória: Editora Milfontes, 2019. p. 95-118. ISBN 978-85-94353-86-3.

AMARAL, Wagner Roberto do; BILAR, Jenifer A. Barroso. A questão indígena no Serviço Social: um debate necessário na profissão. Rio de Janeiro: Revista Em Pauta, 2020. n. 46. vol. 18. p. 180-195.

BAINES, S. G. Organizações indígenas e legislações indigenistas no Brasil, na Austrália e no Canadá. Brasília: DAN, 2001. (Série Antropologia, n. 295).

BANIWA, Gersem Luciano. Movimentos e políticas indígenas no Brasil contemporâneo. In: Revista Tellus, ano 7, n. 12, p. 127-146, abr. 2007. Campo Grande – MS

BARRETO, Marcos Rodrigues. Índios de Papel: Construção discursiva colonizadora sobre o indígena no Brasil. *Brasiliana– Journal for Brazilian Studies*. [S.I.]: nov. 2016. Vol. 5, n.1. ISSN 2245-4373.

BILAR, J. A. Barroso. AMARAL, W. Roberto do. A temática indígena no Serviço Social: caminhos a trilhar na afirmação do compromisso ético-político da profissão. *III Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social: Desafios contemporâneos*: Londrina, 2019.

COLIN, D.; JACCOUD, L. Assistência social e construção do SUAS – balanços e perspectivas: o percurso da Assistência Social como política de direitos e a trajetória necessária. In: COLIN, D. et al. (Org.). *20 anos da Lei Orgânica da Assistência Social*. Brasília: MDS, 2013. p. 42-65.

FERNANDES, Rosa Maria Castilhos; MACIEL, Mariana Martins. As Políticas Indigenistas e as Lutas Sociais Indígenas: Manifestações da Questão Social. *Temporalis*: Brasília (DF), ano 19, n. 38, p. 70-86, jul./dez. 2019.

MACIEL, M. Martins; FERNANDES, R. M. Castilhos. DOMINGOS, Angélica. Proteção Social aos povos indígenas: avanços e ameaças no Estado brasileiro. In: FERNANDES, R. M. Castilhos. DOMINGOS, Angélica (org.). *Políticas Indigenistas: contribuições para afirmação e defesa dos direitos indígenas*. Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2020. p. 80-106. ISBN 978-65-5725-029-7.

OLIVEIRA, Sandy C. Nascimento de. O papel do Serviço Social na consolidação da Política de Assistência a Povos Indígenas. 2022. Monografia (Graduação) - Curso de Serviço Social - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022.

PINTO, Flávia da Silva. BERGER, William. A questão indígena e a Política de Assistência Social no Brasil. In: BERGER, William (Org.). *No olho do furacão: populações indígenas, lutas sociais e Serviço Social em tempos de barbárie*. Vitória: Editora Milfontes, 2019. p. 79-94. ISBN 978-85-94353-86-3.

SANTANA, Pâmela Nielly. A atuação do assistente social junto aos povos indígenas. / Pâmela Nielly Santana. - João Pessoa, 2022. 69 f.

SECCHI, L. Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SPOSATI, A. Os 20 anos da LOAS: a ruptura com o modelo assistencialista. In: COLIN, D. et al. (Org.). *20 anos da Lei Orgânica da Assistência Social*. Brasília: MDS, 2013. p. 20-41